



MUNICÍPIO DE VAGOS
CÂMARA MUNICIPAL
Rua da Saudade
3840-420 VAGOS

DESPACHO

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

No uso da competência que me é conferida pelo disposto no número 2 do artigo 38º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o qual prevê a possibilidade de delegação e/ou subdelegação de competências do Presidente da Câmara e Vereadores nos dirigentes.

1. **Subdelego**, ao abrigo do citado diploma, as seguintes competências na **Senhora Dirigente Intermédia de 2º. Grau, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística-DGU, em regime de substituição, Engenheira Isabel Maria da Cruz Trindade**, que me haviam sido delegadas pelo Senhor Presidente da Câmara, por seu despacho datado do dia 30 de outubro de 2013.

1.1 - Artigo 38º, número 3, alínea c): "Autorizar o registo de inscrições de técnicos";

1.2 - Artigo 38º, número 3, alínea d): "Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade, designadamente livros de obra";

1.3 – Artigo 38º, número 3, alínea e): "Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos";

1.4 – Artigo 38º, número 3, alínea g): "Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais";

1.5 – Artigo 38º, número 3, alínea h): "Emitir alvarás exigidos por lei na sequência da decisão ou deliberação que confirmam esse direito";

1.6 – Artigo 38º, número 3, alínea i): "Conceder licenças de ocupação da via pública por motivo de obras";

1.7 – Artigo 38º, número 3, alínea j): "Autorizar a renovação de licenças que dependa unicamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados";

1.8 – Artigo 38º, número 3, alínea m): "Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante".



MUNICÍPIO DE VAGOS

CÂMARA MUNICIPAL

Rua da Saudade
3840-420 VAGOS

2 – Considerando o artigo 35º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 6/96, de 31 de janeiro bem como o estipulado no artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, **subdelego** ainda na Chefe da Divisão de Gestão Urbanística – DGU, as seguintes competências:

2.1 – Assinar a correspondência e demais documentos necessários à execução das funções da Divisão e ao exercício das competências delegadas e subdelegadas;

2.2 – Convidar os requerentes a suprir as deficiências dos requerimentos e supri-las oficiosamente por virtude de simples irregularidade ou de mera imperfeição na respetiva formulação;

2.3- Indeferir liminarmente os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível;

2.4 – Proceder às notificações e comunicações que forem devidas;

2.5 – A admissão ou rejeição da comunicação prévia prevista no número 4 do artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro;

2.6 – A concessão da autorização prevista no número 5 do artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro;

2.7 – A direção da instrução dos procedimentos de controlo prévio prevista no nº 2 do artigo 8º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro;

2.8 – Nos termos do número 10 do artigo 11º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro:

a) – Decidir as questões de ordem formal e processual que possam obstar ao reconhecimento de qualquer pedido ou comunicação apresentados no âmbito do presente diploma;

b) – Proferir despacho de aperfeiçoamento do pedido, no prazo de oito dias a contar da respetiva apresentação, sempre que o requerimento ou comunicação não contenham a



MUNICÍPIO DE VAGOS

CÂMARA MUNICIPAL

Rua da Saudade
3840-420 VAGOS

identificação do requerente ou comunicante, do pedido ou da localização da operação urbanística a realizar, bem como no caso de faltar documento instrutório exigível que seja indispensável ao conhecimento da pretensão e cuja falta não possa ser oficiosamente suprida;

c) – Notificar o requerente para corrigir ou completar o pedido, sob pena de rejeição liminar;

d) – Proferir despacho de rejeição liminar, quando da análise dos elementos instrutórios resultar que o pedido é manifestamente contrário às normas legais ou regulamentares aplicáveis;

2.9 – Notificar o requerente nos termos do número 11 do artigo 11º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro;

2.10 – Emitir alvarás nos termos do artigo 75º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro;

2.11 – Proceder à liquidação de taxas nos termos do número 2 do artigo 117º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro.

A Chefe de Divisão fica autorizada a subdelegar algumas das competências referidas no respetivo Coordenador Técnico, quando tal seja legalmente admissível, designadamente solicitar ou devolver documentos aos particulares, inerentes à instrução de processos, bem como assinar os correspondentes ofícios e notificações, se for caso disso.

Ao abrigo do disposto no número 2 do artigo 37º do Código do Procedimento Administrativo, o presente despacho deverá ser afixado nos lugares de estilo.

Município de Vagos, 31 de outubro de 2013.

A Vereadora com competências delegadas
e subdelegadas,

(Eng^a. Sara Raquel Rodrigues Caladé)